

ADENDO AO RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO DE JANEIRO DE 2021

Conforme mencionado no Relatório Mensal de Controle Interno referente ao mês de janeiro de 2021, o controle do limite da despesa com pessoal somente seria verificado, e controlado de fato, quando tivéssemos a informação quanto à Receita Corrente Líquida do Município, o que veio a ser possível apenas no mês de maio do corrente ano, e somente em relação ao 1º Quadrimestre, quando fora encaminhada tal informação à Câmara Municipal. Sendo assim, passamos a completar a análise referente ao item 2.2.2. do relatório supracitado:

2.2.2. Despesa com pessoal

Consideramos como despesa com pessoal as despesas exibidas no art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000. O limite legal previsto no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal prevê o gasto máximo de 6% (seis por cento) da receita corrente líquida do Município com pessoal do Poder Legislativo. Para a análise do limite estabelecido no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, primeiramente, há a necessidade de identificar o total dos gastos com pessoal, relacionando as despesas desta natureza, conforme se segue:

DESPESAS:

3.1.90.01.00	Aposentadorias e Reformas	R\$ 24.134,64
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 0,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal (inclusive Subsídio Vereador)....	R\$ 324.000,99
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	R\$ 0,00
3.1.90.16.00	Outras Desp. Variáveis-Pessoal Civil.....	R\$ 2.673,80
3.3.90.34.00	Outras Desp. Pes.	R\$ 0,00
Total das Despesas com Pessoal.....		R\$ 350.809,43

Encontrado o total das despesas com pessoal, passamos a verificar o percentual do gasto com pessoal do Poder Legislativo em relação à receita corrente líquida do Município, tomando por base o disposto no §2º, do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a saber, somamos a despesa com pessoal realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, o que totalizou o valor de R\$ 5.255.063,84 (cinco milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil e sessenta e três reais e oitenta e quatro centavos). A receita corrente líquida do Município, no mesmo período, totalizou R\$ 298.102.989,92 (duzentos e noventa e oito milhões, cento e dois mil, novecentos e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos). Sendo assim, o valor total das despesas com pessoal do Poder Legislativo no período apurado representou 1,76% (um vírgula setenta e seis por cento) da receita corrente líquida do Município, ou seja, bem aquém do limite de 6% (seis por cento), bem como dos limites prudenciais previstos no parágrafo único, do art. 22, e no inciso II, §1º, do art. 59, ambos da LRF.

Com relação ao limite estabelecido pelo inciso VII, do art. 29, da Constituição Federal, a saber, “o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco

por cento da receita do Município”, identificamos que a receita do Município no mês em referência foi de R\$ 31.925.112,87 (trinta e um milhões, novecentos e vinte e cinco mil, cento e doze reais e oitenta e sete centavos), em contrapartida, o total da despesa com remuneração dos Vereadores no mesmo mês representou o montante de R\$ 119.491,71 (cento e dezenove mil, quatrocentos e noventa e um reais e setenta e um centavos), o que equivale a 0,37% (zero vírgula trinta e sete por cento) da referida receita, ficando, assim, comprovada a obediência ao preceito constitucional supramencionado, tendo em vista que se encontra bem aquém do limite constitucional, não chegando a 0,5% (meio por cento) da receita do Município.

CONSELHEIRO LAFAIETE, 19 DE JUNHO DE 2021.

ANDERSON LEONARDO TAVARES

ÉDIA LUCIENE MAGALHÃES DE CARVALHO NETO

ANDERSON HENRIQUES FERREIRA